



- Ambiente e Sustentabilidade Crítica, Documentação e Reflexão Espaço Público e Cidadania
 Habitação e Direito à Cidade Infraestrutura e Mobilidade Novos processos e novas tecnologias
 Patrimônio, Cultura e Identidade

NTIC e mobilizações políticas no espaço público: “o Maraca é (patrimônio) de quem?”

NICT and political protests in public space: Maraca is (a heritage) for whom?

NTIC e movilizaciones políticas en el espacio público: ¿el Maraca es (patrimonio) para quién?

NAME, Leonardo (1);

(1) Professor Doutor, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA, Foz do Iguaçu, PR, Brasil;
e-mail: leonardo.name@unila.edu.br



NTIC e mobilizações políticas no espaço público: “o Maraca é (patrimônio) de quem?”

NICT and political protests in public space: Maraca is (a heritage) for whom?

NTIC e movilizaciones políticas en el espacio público: ¿el Maraca es (patrimonio) para quién?

RESUMO

O uso das novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) fortalece tanto as redes hegemônicas de poder econômico e político, ensejadoras tanto da competição entre cidades-espetáculo, quanto as redes mais solidárias e voltadas para as mobilizações e manifestações políticas no espaço público, reveladoras dos descontentamentos em relação à ação dos poderes público e privado. Nesse contexto, lança-se foco sobre os protestos de junho de 2013, no Brasil. Em especial, aqueles contrários à realização da Copa do Mundo da FIFA e às intervenções no Estádio do Maracanã, um bem tombado, e suas redondezas. Partindo-se da premissa de que o que se elege como patrimônio é algo que se protege em decorrência de constantes e variáveis usos e apropriações de uma mesma sociedade, visa-se a responder: o Maraca, afinal, é patrimônio de quem?

PALAVRAS-CHAVE: Maracanã, NTIC, manifestações, espaço público.

ABSTRACT

The use of the new technologies of the information and communication (NICT) strengthens both hegemonic networks of economic and political power, that are stimulating the competition between cities of spectacles, as more sympathetic networks, guided to political mobilizations and demonstrations in the public space that are an indicative of the dissatisfaction with the action of public and private powers. In this context, the article focuses the demonstrations of June 2013, in Brazil. Specially, those that was against FIFA World Cup and the interventions in the Maracanã Stadium, registered as heritage, and its surroundings. Whereas the premise is that what is elected as heritage is something that is protected as a result of the constant and variable uses and appropriation of the same society, the objective is answer the question: Maraca, after all, is for whom?

KEYWORDS: Maracanã, NICT, demonstrations, public space.

RESUMEN

El uso de las nuevas tecnologías de información y comunicación (NTIC) fortalece tanto las redes hegemónicas de poder económico y político, que dan lugar a la competición entre ciudades-espectáculo, cuanto redes más solidárias y orientadas para las movilizaciones y protestos políticos en el espacio público, que demuestran el descontentamiento con la acción de los poderes público y privado. En ese contexto, el artículo se centra en las protestas de junio de 2013, en Brasil. En particular, en aquellas contrárias a la Copa Mundial de la FIFA y a las intervenciones en el Estadio Maracanã, edificio catalogado por el patrimonio, y sus alrededores. Mientras la premisa es que lo que es elegido como patrimonio es algo que es protegido como consecuencia de constantes y variables usos y apropiaciones de una misma sociedad, el objetivo es responder a la cuestión: ¿el Maraca, a fin de cuentas, és de quién?

PALABRAS-CLAVE: Maracanã, NTIC, protestas, espacio público.

1. INTRODUÇÃO

Em um de seus últimos trabalhos, Milton Santos (2008, p. 17-21) criticou certa produção discursiva que, no final do século XX, anunciava com euforia um mundo homogêneo, harmoniosamente amalgamado a uma cultura universal, onde haveria difusão irrestrita de informações e se consolidaria mercado livre e pleno de oportunidades para todos. O autor alertava, contudo, que se tratava de falaciosa apresentação da globalização, pela qual se destacariam seus supostos aspectos positivos ao mesmo tempo em que seus efeitos perversos seriam omitidos, particularmente aqueles que atuam sobre as cidades e grupos sociais minoritários. Hoje não faltam autores, incluindo arquitetos e urbanistas, a mostrar o quanto a organização dos fluxos financeiros em escala global e por meio de uma rede de cidades está direta ou indiretamente relacionada a processos de mercantilização e espetacularização de espaços urbanos, à segregação socioespacial e à gentrificação (Arantes et al., 2000; Arantes, 2008, Maricato, 2008). Cabe aos arquitetos-urbanistas, nesta conjuntura, os projetos de *waterfronts*, cidades-vitrines, arquiteturas icônicas e o urbanismo midiático de megaeventos são tanto representações do poder financeiro e da sociedade do espetáculo como meios de aporte de massivos capitais financeiros.

As chamadas novas tecnologias de informação e comunicação (ou, simplesmente, NTIC) – grosso modo, a internet pela qual se conectam computadores pessoais e outros equipamentos de armazenamento de dados e uso pessoal (laptops, tablets etc.), a telefonia móvel e os serviços integrados de correio eletrônico (e-mail e SMS) – são também fundamentais em todos esses processos, por auxiliarem a instituição e a operação da rede global de cidades em si, a divulgação mais massiva e instantânea de imagens e o exercício de poder de grupos políticos e empresariais que por elas disseminam, como preceitos universais, suas próprias ideias de progresso, desenvolvimento, urbanidade, sustentabilidade e cultura. As NTIC, contudo, também estabelecem redes intra ou interurbanas solidárias, capazes de atuar em prol de interesses e ações comuns de diferentes pessoas, e de possibilitar sua manifestação contra ações do poder público ou privado que considerem afrontar seus desejos, vontades, pressupostos éticos ou visões de mundo (Rheingold, 2002; Haesbaert e Limonad, 2007; Santos, 2008; Name e Zanetti, 2013; Name et al., 2013).

Desde 2011, vêm chamando atenção as várias insurgências ocorridas em cidades como Túnis, Cairo, Nova Iorque, Madri, Santiago, Atenas e Londres – organizadas online, mas de ação off-line –, que demonstram a capacidade de resistência política de diversos grupos que utilizam essas novas tecnologias (Harvey et al., 2012; Name, 2012). Em junho de 2013, vimos muitas manifestações ocorrerem nas ruas do Brasil (Maricato et al., 2013; Alves da Silva, Org., 2014). Organizadas e divulgadas pela Internet e suas redes tecnossociais, como o Twitter, lutavam inicialmente em torno do tema da mobilidade, mais especificamente atacando a injusta relação entre tarifas altas e serviços de transporte público de péssima qualidade, expandindo-se para outros temas. Ocorrendo em plena Copa das Confederações, contudo, rapidamente se voltaram contra a Copa do Mundo da FIFA, catalizando ações e mobilizações de resistência às intervenções feitas pelos poderes público e privado, em parceria, que incluíram remoções forçadas e um “quebrar tudo na cidade” institucionalizado: foram muitas manifestações nas ruas e nos murais de Facebook, guiadas pelo slogan “não vai ter Copa”.

Neste artigo, lançaremos foco, então, sobre o cruzamento de todos esses processos sobre o



Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, onde, entre outros marcos do passado, viu-se o centésimo gol de Pelé e a seleção brasileira perder uma final de Copa do Mundo. Mesmo tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), não se teve impedimentos para que, em nome da Copa do Mundo, fosse praticamente posto abaixo e reconstruído, o que mobilizou, antes e depois de junho de 2013, uma série de atores sociais que tentavam resistir a essa ação e outras a elas decorrentes, como a remoção da Aldeia Maracanã – uma ocupação indígena urbana, para uns patrimônio, num edifício eclético, para outros também patrimônio – e a Escola Municipal Friedenreich, uma das melhores da cidade, para alguns patrimônio.

Parte-se da premissa de que o que se elege como patrimônio é algo que se protege em decorrência de constantes e variáveis usos e apropriações de uma mesma sociedade. (Chastel, 1986; Santos, 1986; Pires do Rio e Name, 2013). O objeto patrimonializado, que se quer transmitido, protegido e conservado por uns, possibilita aos diferentes grupos elaborar representação própria, havendo disputas e conflitos (Di Meo et al. 1993; Di Meo, 1998). A verdade é que não há característica intrínseca a qualquer objeto, elemento ou ser vivo que o qualifique como patrimônio em si (Ostrom, 2003).

Quebraram o patrimônio... Refizeram-no. Mas o Maraca é patrimônio de quem?

2. RIO DE JANEIRO, UMA CIDADE-EVENTO (E COM UMA ARENA MULTIUSO)

Na década de 1990, na esteira de processos econômica e politicamente complexos, de contextos bem distintos e anteriormente ocorridos em cidades como Baltimore, Londres, Barcelona e Bilbao, a capital fluminense passa a ser uma das principais cidades brasileiras a difundir a ideia de um planejamento empreendedorista (Harvey, 1989; Hall, 1995, p. 407-428; Sousa, 2002), apresentado como única possibilidade diante das imposições globais às cidades e aos poderes locais: competição entre os lugares e a necessidade cada vez mais urgente de promover o desenvolvimento financeiro e o fluxo de capitais a circular na rede estruturada por meio das NTIC. A partir de então, o foco do planejamento no Rio de Janeiro volta-se crescentemente à produção de imagens e imaginários novos sobre a cidade que, ao circularem livremente, emolduram certa paisagem propícia aos negócios, empreendimentos culturais e megaeventos globais – os quais necessitam, aliás, projetos de desenho urbano, vistosos equipamentos e revitalização de áreas acusadas de degradadas dão importância fundamental a arquitetos e urbanistas (Brandão, 2002). Necessita-se também da produção de consensos, à custa de certo escamoteamento das intenções especulativas dessas intervenções e da negligência em relação a conflitos territoriais que elas produzem.

A culminação dessa condução do planejamento de uma urbe que com vistas a ser uma cidade global que é cidade-evento se deu na escolha do Brasil como sede da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014; e, mais especificamente, da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Por conta desses megaeventos esportivos internacionais, uma série de intervenções foi realizada – com financiamento municipal, estadual e federal e com a participação do setor privado –, particularmente nas áreas de infraestrutura, mobilidade, meio ambiente e habitação. Traduzindo-se territorialmente em um quebrar tudo na cidade para substituição por novos projetos, empreendimentos, áreas de lazer

e edificações que convertem dividendos a inúmeros setores econômicos, essas intervenções ao mesmo tempo ocasionaram vultosa valorização do solo e consequente aumento do custo de vida. E, para muitos, promoveram também graves problemas ambientais e violações de direitos humanos – por conta de negligência nos processos de controle ambiental, de arbitrárias remoções de populações e da ausência do diálogo entre poder público e sociedade, por exemplo (ANCPC, 2012).

Uma dessas intervenções se deu no estádio do Maracanã. Para serem “globais” e competirem umas com as outras por fluxos financeiros, não basta às cidades ter um estádio de futebol: elas devem se equipar com “arenas multiuso”. Assim, de modo a cumprir especificações projetuais e prazos cada vez mais apertados relacionados aos megaeventos, foi praticamente posto abaixo e refeito do zero o histórico estádio da Zona Norte do Rio de Janeiro. **O Estado quebrou tudo por lá, quebrou o patrimônio.**

3. O MARACA É DE QUEM?

A obra no Maracanã realizou-se em meio a cobranças de prazos da Federação Internacional de Futebol (FIFA), queixas de operários que chegaram a entrar em greve e declarações desconstruídas de autoridades públicas. O projeto diminuiu a capacidade de torcedores do estádio para que assentos numerados e retráteis fossem instalados, assim como quatro telões de 100m², câmeras para ângulos televisionados inusitados e uma cobertura translúcida. São exigências da FIFA. Além disso, acusou-se mau uso do dinheiro público, descaracterização arquitetônica e elitização em favor de grupos empresariais.

No entanto é sobre o que ocorreria nas áreas externas ao redor do estádio que questões muitíssimo delicadas se apresentaram. Inicialmente, de modo a tornar mais rentável a concessão da área à iniciativa privada, e para abrigar instalações culturais e comerciais, estava previsto tirar do mapa o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Júlio Delamare, que hoje integram o Complexo Esportivo do Maracanã, o que gerou queixas de muitos atletas que diziam não ter alternativa de lugar para manterem, ainda que provisoriamente, seu ritmo de treinos. Mais contundentes foram os protestos direcionados à demolição da Escola Municipal Friedenreich, considerada a quarta melhor da rede pública carioca, e da edificação do antigo Museu do Índio (que hoje funciona em Botafogo), que desde 2006 era ocupada por populações indígenas de diversas etnias que lhe deram o nome de “Aldeia Maracanã”. Inicialmente, Prefeitura e Governo do Estado alegaram que tais demolições eram exigências da FIFA, mas a entidade negou tal informação, e explicações posteriores não esclareceram muito bem as intenções por trás dessas propostas de demolição.

Mesmo aos usuários mais esporádicos de redes como o Facebook ou o Twitter ou totalmente desinteressados em futebol, não deve ter passado despercebida a forte reação que se seguiu. Tais redes foram inundadas por questionamentos veementes sobre o absurdo de uma escola pública de excelência ser demolida, sem uma alternativa clara de nova localização e manutenção de seu padrão de qualidade, para dar espaço a um empreendimento comercial – um shopping – e, pior ainda, com vistas a certa priorização do transporte individual. No caso da expulsão dos indígenas da edificação que ocupavam, Estado e iniciativa privada foram acusados de destruir um edifício eclético de valor histórico – ao menos para alguns arquitetos – e estar em uma parceria que iria promover deliberada gentrificação da área, inclusive com “limpeza



étnica” disfarçada de revitalização urbana.

4. NOVAS TECNOLOGIAS E RESISTÊNCIAS

Recentemente, Hardt e Negri ([2000] 2010, p. 373-437) apontaram as multidões em movimento como a promessa de transformação do mundo atual, com possibilidades de se promover rupturas com as hegemônias e coalizões político-financeiras. De forma resumida, pode-se dizer que os autores exigem converter a enorme massa de descontentes com os desmandos da globalização contemporânea em ator político, constituído por ideais de igualdade e solidariedade; desejos de se mover livremente; ações constantes em vistas à reapropriação dos espaços; direção de tecnologias e meios de produção em prol de sua alegria e empoderamento; e, por fim, inteligência coletiva baseada em conhecimentos, técnicas e habilidades acumulados.

Tais proposições convergem para o quadro atual, em que justamente massa considerável tem ido às ruas expressar seu descontentamento com a política, a economia e as desigualdades sociais, e utilizado as NTIC para organização e gestão destes protestos. Rheingold (2002) cunhou o termo “smart mobs” (“coletivos inteligentes”) para explicar a ação dessas pessoas capazes de agir em conjunto, mesmo que não se conheçam. Para o autor, se por um lado tais objetos e tecnologias móveis já estão mudando as maneiras de se encontrar, compartilhar, trabalhar, comprar, vender e criar coletivamente, também são potencialmente empoderadoras para aqueles que coletivamente resolverem agir em prol de um objetivo.

As mesmas ferramentas tecnológicas com base nas redes virtuais e que usualmente impõem a lógica global podem corroborar para a organização de demandas de grupos particulares, sejam ligadas a um desejo de bem universal, sejam apoiadas em prerrogativas com base no lugar onde estão as pessoas que as operam, diminuindo as assimetrias sociais e espaciais (Escobar, 1999 e 2008). Ao conjugarem as práticas realizadas nessas redes virtuais com as práticas de mobilidade realizadas nas cidades, as pessoas podem perceber insatisfações ou afinidades comuns; que fazem parte de instituições semelhantes ou que possuem os mesmos hábitos, modos de vida, desejos ou vontades; conversar e trocar informações; produzir e debater coletivamente; marcar um encontro num lugar –off-line – para se conhecerem melhor; elaborar estratégias para se atingir um objetivo comum a se realizar em algum lugar, como por exemplo a rua, o espaço público. Trata-se de dinâmicas e práticas que se difundem dispersivamente nas malhas rizomáticas das NTIC e que se ampliam à medida que cresce a adesão às ferramentas de redes sociais e de postagem e armazenamento de textos, imagens e sons – já que por elas também ampliam a visibilidade dos/as usuários/as e as possibilidades de encontros e conexões. Nesse sentido, as redes virtuais podem ser vistas como meios para a convergência de atores e fonte de novas práticas culturais, promoção de resistência políticas e ensejo de visões transformadoras e alternativas aos mundos dominantes.

Grosso modo, este é o *modus operandi* tanto das recentes manifestações políticas nas ruas, questionadoras do status quo e exigentes de melhorias de vida. As NTIC, nesse exemplo da polêmica em torno do Maraca, tiveram a capacidade de coadunar diferentes atores e grupos sociais com problemas distintos, mas que gravitavam sobre um mesmo objeto-problema: pais, alunos e professores da Escola Friederich preocupados com sua demolição, amantes de futebol temerosos de ingressos altos e das possibilidades de se “domesticar” as práticas de



torcidas; lideranças indígenas lutando pelo direito de permanecer num edifício abandonado; arquitetos e urbanistas que viam nesse edifício um valor histórico-arquitetônico; acadêmicos e lideranças de movimentos sociais defensores do “direito à cidade”; vereadores e outras lideranças políticas descontentes com os rumos da administração pública atual... Petições online contra tais demolições foram realizadas e caixas de correio eletrônico de vereadores e administradores públicos foram inundadas de reclamações. Em apoio à escola, uma organização não governamental (o grupo Meu Rio, cada vez mais famoso nas instâncias online) chegou a montar uma estrutura informacional em que o usuário que se cadastrasse seria avisado, por SMS, se um ou mais tratores chegassem à área para iniciar sua demolição. Já os indígenas receberam apoio (online e off-line) de diversos movimentos sociais e estudantis, organizações nacionais e internacionais de proteção dos direitos humanos, universidades e representantes de partidos políticos.

O barulho foi imenso. Cabe dizer, porém, que os protestos não se restringiram a balbucios e muxoxos no Facebook e no Twitter ou a palavras de ordem no espaço de fluxos da Internet: a ação online foi complementada pela ida às ruas. Se no início de 2013 já era bem difícil ignorar tamanha indignação, a pressão política aumentou ainda mais no mês de junho, na esteira das manifestações contra o aumento de passagens do transporte público e em plena Copa das Confederações. Protestos nas proximidades do Maracanã foram organizados em dias de jogos, infelizmente tendo como resposta uma violência policial bastante contundente – tudo sendo registrado em fotos e vídeos conseguidos no uso de celulares e câmeras digitais dos próprios manifestantes, logo profusamente compartilhados nas redes sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os protestos e a resistência nas redes e nas ruas em relação às decisões e projetos voltados para o Maraca foram muito barulho por nada? Se, por um lado, diante de tantos protestos e do apoio de diversas entidades às causas da escola pública, dos atletas brasileiros e da valorização do patrimônio histórico-arquitetônico, o governo estadual se viu obrigado a recuar da decisão de demolir a Escola Friedenreich, os complexos de atletismo e esportes aquáticos e o edifício do antigo Museu do Índio – decisão anunciada, aliás, no Twitter do governador –, por outro lado a preservação desse último não se deu condicionada à manutenção da Aldeia Maracanã ou à instalação de um centro de referência da cultura indígena, como exigiu a sociedade civil, mas sim ao abrigo de um Museu Olímpico. E teve Copa, a Copa das Copas, com um aparato policial ostensivo, cujo legado, ao que parece, é a criminalização dos movimentos sociais.

Ainda em 22 de março de 2013 assistimos ao espetáculo de truculência da anunciada desocupação do imóvel, efetivada com o apoio do Batalhão de Choque da Polícia Militar. Em meio a bombas de efeito moral, uso de sprays de pimenta contra indígenas, manifestantes e até mesmo um defensor público, e a prisão de diversas pessoas, parte dos indígenas foi transferida para abrigos provisórios – contêineres – junto ao Hospital Curupati, em Jacarepaguá, onde no passado funcionou uma colônia de isolamento forçado de “leprosos”. Difícil não compreender a escolha desse local como um indicativo simbólico do que o Estado e, muito provavelmente, a maioria dos cidadãos brasileiros pensam sobre alguns quererem continuar índios em pleno século XXI e sobre o que fazer com essa gente de tamanha audácia. Como melancolicamente atestou Sánchez (2013), essa violenta ação em nome dos megaeventos esportivos e de empreendimentos privados ignorou o fato de que a essência da



preservação de um edifício “está na preservação das relações sociais, usos e apropriações que lhe dão sentido e conteúdo”. Ademais, perdeu-se a oportunidade de reconhecer o uso social da Aldeia Maracanã e assegurar uma pactuação democrática em torno de sua reabilitação, o que seria um exemplo para o Brasil e para o mundo – um legado político-simbólico que provavelmente seria lembrado por muitos e muitos anos. Mesmo com os protestos de junho, o cenário não mudou para os indígenas.

Apesar disso, é importante que valorizemos tais processos de resistência em si. Num país em que tanto o Estado quanto as empresas juram valorizar processos participativos nas suas tomadas de decisão, sem que vejamos, contudo, conduções realmente democráticas que assegurem que a diversidade de cidadãos possa efetivamente decidir sobre seus horizontes futuros, a resistência de tantos grupos em torno da ideia de um Maracanã que seja de todos, com o valoroso auxílio das NTIC, torna-se um marco. Com a difusão de queixas, denúncias e protestos, ao menos se evidencia que o Maraca é um bem público, em seu sentido mais amplo: é patrimônio não só no sentido dado pelo IPHAN, um bem tombado, mas considerado como tal e diferentes formas nas práticas e usos de vários segmentos sociais. Nesse sentido, o imaginário despertado em torno dos megaeventos não é suficiente para se abafar o descontentamento de alguns em relação a violentas intervenções: do quebra-quebra que refez o estádio ao despejo dos indígenas, sem falar na violência policial contra manifestantes, inclusive na final da Copa do Mundo da FIFA. O legado da Copa? Talvez, a naturalização da violência estatal, seja objetiva ou simbólica.

Ainda assim, mantêm-se os protestos, que são importantes por revelar, mesmo que em meio a perdas irreparáveis, que há ações e intervenções trazem questões que ultrapassam o pragmatismo de planilhas de orçamento, do lucro de vendas de ingresso ou da projeção midiática de uma competição internacional. E que as promessas da globalização a respeito de cidades-empresa e do empreendedorismo como horizonte inexorável das cidades têm, na verdade, gerado desequilíbrios econômicos e sociais agudos entre grupos distintos e mediante ações e intervenções urbanísticas com poucos beneficiários.

O quebrar tudo do Estado vem revelando, na verdade, quem vêm sendo os perdedores destes processos. Mas, como se diz no futebol, enquanto a bola rolar, o placar do jogo pode mudar.

6. REFERÊNCIAS

- ALVES DA SILVA, R.H. (Org.). *Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR*. Beo Horizonte: Autêntica, 2014.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE COMITÊS POPULARES DA COPA (ANPCPC). *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Brasil*. [S.l.], 2012.
- ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRANDÃO, Z. O papel do desenho urbano no planejamento estratégico: a nova postura do arquiteto no plano urbano contemporâneo. *Arquitextos*, v. 25, n. 4, 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.025/773>>. Acesso em: 1 fev. 2013.
- ARANTES, P. F. O grau zero da arquitetura na era financeira. *Novos estudos CEBRAP*, n. 80, p. 175-195, 2008.
- CHASTEL, A. La notion de patrimoine. In: NORA, P. (dir.) *Les lieux de memoire*. Paris: Gallimard, 1986, p. 405-450. (La nation, V. II).



- DI MEO, G; CASTAINGTS, J.P; DUCORNAU, C. Territoire, patrimoine et formation sócio-spatiale. *Annales de Géographie*, n. 573, p. 472-502, set-out, 1993.
- DI MEO, G. *Géographie sociale et territoires*. Paris: Nathan, 1998.
- ESCOBAR, A. Género, redes y lugar: uma ecología política de la cibercultura. In: *El final del salvaje*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 1999c, p. 353-381.
- ESCOBAR, A. *Territories of difference*. London: Duke University Press, 2008.
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *Etc...*, v. 2, n. 4, p. 39-52, 2007.
- HALL, P. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- ARDT, M; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Editora Record, (2000) 2010.
- HARVEY, D. From managerialism to entrepreneurialism: The transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler, Series B*, v. 71, n. 1, p. 3-17, 1989.
- HARVEY, D. et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.
- MARICATO, E. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. *Territórios*, n. 18-19, p. 183-205, 2008.
- MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.
- NAME, L. Das redes às ruas: novas tecnologias de informação e comunicação, mobilização social e manifestações políticas no espaço público. In: RHEINGANTZ, P. A.; PEDRO, R. (Org.). *Qualidade do lugar e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: FAU/PROARQ, 2012, p. 199-214.
- NAME, L; DUARTE, G.F; MENDONÇA, I; ACIOLE, V. e RANGEL, M. Corpo, território, paisagem e rede: por uma análise geográfica da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. Encontro dos Geógrafos da América Latina, 14, 2013. Lima. *Anais...* Lima: EGAL, 2013.
- NAME, L. e ZANETTI, J. Meu corpo, minhas redes: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 15, 2013. Recife. *Anais...* Recife: ANPUR, 2013.
- OSTROM, E. (1990). *Governing the commons*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- PIRES DO RIO, G.A. e NAME, L. O novo plano diretor do Rio de Janeiro e a reinvenção da paisagem como patrimônio. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 15, 2013. *Anais...* Recife: ANPUR, 2013.
- RHEINGOLD, H. *Smart mobs*. New York: Basic Books, 2002.
- SÁNCHEZ, F. Aldeia Maracanã – é assim que se faz uma Copa. *Brasil de Fato*, 22 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12419>>. Acesso em: 3 abr. 2013.
- SANTOS, C.N.F. Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo. *Projeto*, n. 86, p.59-63, abril 1986.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SOUZA, M.L. *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.